



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 38/2021

Período: 16/10/2021 - 22/10/2021

GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Condenação de militares provocou reflexão sobre o papel das Forças Armadas
- 2- Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 propôs o indiciamento de três membros das Forças Armadas
- 3- Chico Buarque escreveu sobre a ditadura em seu novo livro de contos
- 4- Atuação dos militares no governo e o reflexo na imagem das Forças Armadas
- 5- Mudança no Ministério da Defesa teria dificultado diálogo entre os Poderes
- 6- Tribunal de Contas da União abriu processo para investigar repasse de recursos da vacina para as Forças Armadas
- 7- Minissérie retratou o marechal Cândido Rondon em expedição na Amazônia

1- Condenação de militares provocou reflexão sobre o papel das Forças Armadas

Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* questionou a utilização das Forças Armadas em funções de segurança pública após a condenação de militares por dois homicídios. O periódico comentou que as Forças Armadas são treinadas para agir na defesa nacional, não para combater a criminalidade urbana, fato que abriria espaço para reações imprudentes dos militares. Essa questão teria sido comprovada no “hediondo assassinato” do músico Evaldo Rosa dos Santos, que estava no carro com sua família, e do catador de material reciclável Luciano Macedo, ambos fuzilados em 2019 em Guadalupe, na zona norte do Rio de Janeiro, durante uma ação do Exército brasileiro. Segundo a *Folha*, dos 12 agentes que participaram da ação, 8 foram condenados pela Justiça Militar por duplo homicídio qualificado e tentativa de homicídio, este último referente ao sogro do músico, que foi atingido, mas sobreviveu. O comandante da ação foi condenado a 31 anos e seis meses de prisão e o restante a 28 anos. O periódico lembrou ainda que os crimes cometidos por militares não são mais julgados pela Justiça Comum desde uma lei de 2017, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente da República Michel Temer, e espera que este evento proporcione uma reflexão sobre o emprego das Forças Armadas no papel de polícia. Em coluna opinativa também para a *Folha*, o advogado criminal Luís Francisco Carvalho Filho comentou sobre o caso, afirmando que os militares estão sendo utilizados em excesso em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), e sendo julgados pela Justiça Militar, que “julga soldado que mata ou agride civil e julga civil que desacata ou desobedece militar.” O advogado afirmou

que existem duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) no Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar do assunto. A primeira, a ADIN nº 5.901, movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), apontou para a inconstitucionalidade da Lei 13.491/2017 do governo de Michel Temer, responsável por dar competência à Justiça Militar para julgar crimes contra a vida de civis no contexto de “atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária”. A segunda, a ADIN 5.032/2013, proposta pelo procurador-geral da República contra uma Lei Complementar de 2010, igualmente por “chamar de crime militar aquilo que não o é”, está estagnada desde fevereiro de 2019. Carvalho Filho afirmou que a Justiça Militar deveria ter “alcance restrito e excepcional”, devendo ser responsável somente por aqueles delitos realizados por militares contra bens jurídicos próprios da ordem militar, não incluindo a segurança pública. Dessa forma, reiterou que militares e policiais militares devem responder à Justiça Comum quando ultrapassam as funções de policiamento. Por fim, comentou que a condenação de oito militares apenas parece eficiente, pois dois dos cinco integrantes do Conselho Especial de Justiça Militar votaram por uma condenação mais branda ou até pela absolvição dos infratores. Além disso, reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* enfatizou a necessidade de maior planejamento das políticas de segurança pública pelo governo estadual do Rio de Janeiro, já que “não havia justificativa objetiva” para o emprego das Forças Armadas, classificando-o de “ação extrema”. Esses casos evidenciam, segundo o periódico, a insegurança jurídica causada por essa decisão, pois na prática os militares não detêm poder de polícia e nem são treinados para agir como policiais, e a insegurança física para a população, como foi demonstrado pelo “desastre da ação em Guadalupe”. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 16/10/21; Folha de S. Paulo - Política - 16/10/21; O Estado de S. Paulo - Notícias - 19/10/21)

2- Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 propôs o indiciamento de três membros das Forças Armadas

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o senador e relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 Renan Calheiros propôs, em uma primeira versão de seu texto, o indiciamento do general da reserva do Exército e ex-ministro da Casa Civil Walter Braga Netto. O senador argumentou que incluiu o general porque ele era o responsável por coordenar o comitê de enfrentamento da pandemia, quando ainda era titular da Casa Civil. Entretanto, Calheiros reconheceu que alguns senadores da comissão se opunham a isso e, portanto, poderia retirar o nome do general caso isso contribuísse para a aprovação do texto final. O jornal apontou que o senador também incluiu na primeira versão do relatório duas figuras militares importantes: o general da reserva e ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, e o coronel da reserva do Exército e ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde Antônio Elcio Franco Filho. Em reportagem, o periódico confirmou que o texto final do relatório apresentava o que já havia sido adiantado pelo senador em entrevista à *Folha*, em que declarou existirem “figuras principais [no relatório]. O general Pazuello é um, o coronel Elcio Franco, o presidente da República, tiveram participações comprovadas na materialização do que aconteceu no Brasil e no custo que se pagou com vidas.” O relatório propôs o indiciamento do ex-ministro da Saúde

por sete crimes, sendo eles: epidemia, incitação ao crime, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, comunicação falsa de crime e genocídio indígena. Pazuello será ainda denunciado por crime contra a humanidade no Tribunal Penal Internacional. Por fim, o senador ainda afirmou que relatária como o ex-ministro negociou a compra de vacinas acima do preço, o que se confirmou na versão final do relatório apresentada à CPI. Em análise para a *Folha de S. Paulo*, Igor Gielow, repórter e colunista do periódico, culpou Pazuello por “procrastinação vacinal” na compra do imunizante. Da mesma forma, Luiz Carlos Azedo, jornalista e colunista do jornal *Correio Braziliense*, destacou, em coluna opinativa, que a CPI foi “bem sucedida” em identificar “os erros cometidos pelo governo”, mencionando as acusações do relatório final contra os militares Braga Netto, Pazuello e Elcio Franco. O jornal *O Estado de S. Paulo*, por outro lado, afirmou que o texto final passou a imputar não somente ao presidente da República Jair Bolsonaro, mas também a Pazuello o crime de homicídio qualificado após uma mudança na compreensão, e que teria havido uma resistência inicial por parte do relator em indiciar Braga Netto. Por fim, a *Folha de S. Paulo* identificou em reportagem que o relatório final da CPI foi econômico ao descrever as ações do general Braga Netto, ainda que tenha sugerido indiciá-lo pelo crime de epidemia com resultado em morte. Segundo a reportagem, o nome de Braga Netto aparece apenas oito vezes no relatório, responsabilizado por falhas na resposta do governo à pandemia, e citou sua presença na reunião que discutiu mudar a bula da hidroxicloroquina por decreto para permitir seu uso no Kit Covid mesmo sem comprovação de eficácia. O relatório, porém, não mencionou as interferências diretas do general na estratégia do Ministério da Saúde, como determinar que as declarações sobre a pandemia fossem feitas no Palácio do Planalto, limitando a participação da pasta. Também destacou que Braga Netto não depôs na CPI, por falta de acordo e pelo receio de uma crise institucional com as Forças Armadas. Outras ressalvas ao relatório apontadas pela *Folha* incluem o não indiciamento do tenente-coronel da reserva do Exército Helcio Bruno, que participou de negociações suspeitas para compra de vacinas da empresa Davati Medical Supply, e esteve presente na ocasião em que o ministro Eduardo Pazuello chegou a se comprometer com a compra da vacina Coronovac pelo triplo do preço com empresários sem as credenciais da fabricante Sinovac. Além disso, a reportagem ainda pontuou que outros militares que participaram da gestão de Pazuello na Saúde também foram poupados pelo relatório, citando o tenente-coronel da reserva do Exército Jorge Luiz Kormann, ex-assessor do ministro e um dos responsáveis por tentar alterar a forma de divulgação dos dados da pandemia. Segundo o jornal, a equipe de Renan Calheiros apontou que não havia provas suficientes para sustentar o pedido de indiciamento de algumas pessoas citadas no texto do relatório. (Correio Braziliense - Política - 17/10/21; Folha de S. Paulo - Poder - 16/10/21; Folha de S. Paulo - Poder - 17/10/21; Folha de S. Paulo - Poder - 18/10/21; Folha de S. Paulo - Poder - 22/10/21; O Estado de S. Paulo - Política - 17/10/21; O Estado de S. Paulo - Política - 18/10/21)

3- Chico Buarque escreveu sobre a ditadura em seu novo livro de contos

Em reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, o músico e escritor brasileiro Chico Buarque discorreu sobre seu novo livro de contos, intitulado “Anos de Chumbo”. O cantor viveu durante a ditadura militar (1964-1985) e foi

um forte opositor do regime, escrevendo famosas canções de resistência como “Cálice” e “Apesar de você”, pelas quais foi perseguido e censurado. Segundo o periódico, Chico retratou esse período em seu conto “Anos de Chumbo”, o último do livro, narrando a infância de um garoto durante os anos 1970 no Brasil. O menino, que é filho de um torturador e “fissurado em brincar com soldadinhos de chumbo”, vai descobrindo ao longo da trama que o pai capitão do Exército e um major travaram uma guerra contra um “inimigo traiçoeiro”, e encontrando os “esqueletos no armário” de sua família. De acordo com a coluna opinativa do jornalista Irlam Lima para o periódico *Correio Braziliense*, a trama ambientada no Rio de Janeiro teve um viés político-social que reportou sobre os “métodos utilizados pelas sombrias figuras dos torturadores à época do regime ditatorial”. (*Correio Braziliense* - Opinião - 19/10/21; Folha de S. Paulo - Ilustrada - 16/10/21)

4- Atuação dos militares no governo e o reflexo na imagem das Forças Armadas
Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, as Forças Armadas enfrentam uma crise de imagem por se associarem com o governo do presidente da República Jair Bolsonaro, agravada quando a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 direcionou seu foco ao período em que o general da ativa do Exército Eduardo Pazuello esteve à frente do Ministério da Saúde. De acordo com o periódico, a atuação do general no ministério foi responsável por causar mais desconfiança sobre as Forças Armadas por parte da população. Além de Pazuello, pelo menos outros 5 militares foram alvos da CPI e responsabilizados por diversas ações, como o atraso na compra de vacinas. Outro fator importante citado pelo jornal se refere ao ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, que juntamente com os três comandantes das Forças Armadas criticou, em tom de ameaça, a comissão, após um comentário feito pelo senador Omar Aziz, presidente da CPI. Esses episódios relatados, segundo a *Folha*, se somam às suspeitas de apoio dos militares aos anseios de golpe que Bolsonaro demonstra com frequência. O jornal apresentou dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha que demonstram que, apesar dos fatores citados, 76% da população ainda confia nas Forças Armadas em alguma medida, porém em índices menores quando comparados aos dados da mesma pesquisa feita em 2017, quando 83% dos brasileiros confiavam na instituição. Apesar disso, de acordo com o periódico, ainda há quem acredite que os militares são mais eficientes na administração pública do que os civis, mesmo após a experiência do governo Bolsonaro. (*Folha de S. Paulo* - Poder - 18/10/21)

5- Mudança no Ministério da Defesa teria dificultado diálogo entre os Poderes
Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o governo do presidente da República Jair Bolsonaro teria perdido três ministros que agiam como interlocutores entre o presidente e o Supremo Tribunal Federal (STF). Dentre essas perdas, apontou-se a troca do ex-ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, pelo atual ocupante do cargo, general Walter Braga Netto. De acordo com o periódico, Azevedo e Silva já foi assessor da presidência do tribunal e é próximo de diferentes ministros, enquanto Braga Netto é visto pelos membros da corte como um auxiliar de Bolsonaro, que não se esforça para frear os ataques do presidente contra o STF e outras instituições. Essas atitudes o diferenciariam, segundo a *Folha*, de Azevedo e Silva, que tentava manter as Forças Armadas longe da

política, com ações “mais imparciais e institucionais”, e procurava mediar as relações quando Bolsonaro insinuava “o uso do exército para impor suas vontades”, elementos considerados à época como os motivos para sua substituição. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/10/21)

6- Tribunal de Contas da União abriu processo para investigar repasse de recursos da vacina para as Forças Armadas

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Tribunal de Contas da União (TCU) abriu um processo para investigar possíveis irregularidades no repasse e gasto de recursos da vacina pelas Forças Armadas. Os recursos foram obtidos por meio de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Defesa, que, através de um Termo de Execução Descentralizada (TED), assinado em 19/01/21 pelo coronel da reserva do Exército Antônio Elcio Franco Filho, ex-secretário executivo do Ministério da Saúde, prevê o repasse de R\$ 95 milhões dos recursos destinados à compra de vacinas para a Defesa, a fim de que os militares auxiliassem com a logística da imunização. De acordo com a reportagem, as Forças Armadas reservaram R\$ 21,7 milhões da quantia prevista para suas despesas, mas apenas R\$ 5,5 milhões foram gastos até o momento, segundo dados do Portal da Transparência do Governo Federal. Em reportagem, anteriormente, publicada pela *Folha*, em 01/05/21, os gastos relatados pelas Forças Armadas incluíam reparação e manutenção de aeronaves e carros, compra de materiais hospitalares para uso exclusivo militar, compra de medicamentos sem eficácia contra a covid-19 e ações sigilosas de inteligência do Exército, que alegou que essas ações tinham como objetivo o “reconhecimento e levantamento de itinerários e áreas de risco para o material e pessoal empregados na vacinação”. O processo de investigação aberto pelo TCU tem como objetivo, segundo relatório do órgão, verificar se houve irregularidades na descentralização desses recursos do Ministério da Saúde para o Ministério da Defesa ou se os recursos foram utilizados para fins não previstos pelo TED. (Folha de S. Paulo - Equilíbrio e Saúde - 19/10/21)

7- Minissérie retratou o marechal Cândido Rondon em expedição na Amazônia

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, a jornalista Luciana Coelho analisou a minissérie "O Hóspede Americano", do cineasta Bruno Barreto, que retrata a expedição que envolveu o ex-presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, interpretado por Aidan Quinn e o marechal brasileiro Cândido Rondon, vivido por Chico Diaz. A exploração mapeou o então chamado rio da Dúvida, além do contato de Rondon com diversas comunidades indígenas sem o emprego de violência, através de uma “visão de progresso que se ampara na compreensão do ambiente, e não em sua destruição”. Segundo a jornalista, os dois homens são retratados com um olhar simpático, numa imagem que ajuda a compor uma imagem heroica e visionária de seus atos. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 22/10/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira

Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira

Gabriela Lopes Ferreira

Juliana Haniu

Leticia Beneves (bolsista CNPq)

Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi

Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasio Campos

Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)

Débora Cruz Silva

Giovani Nunes de Aguiar

Giovanna Palas Soares Santos

Grazielly Dourado Santos

Lucas Rizzati Iquegami (bolsista CNPq)

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima